

**É POSSÍVEL UM DIÁLOGO ENTRE WINNICOTT, FEMINISTAS E SOCIÓLOGOS QUANDO O FOCO É GÊNERO E FAMÍLIA? NOTAS A PARTIR DE LEITURAS CRUZADAS SOBRE MATERNIDADE- NANCY CHODOROW E D.W. WINNICOTT**

**MARY GARCIA CASTRO**

PhD em sociologia e pós doutorado em Estudos Culturais. Professora UCSAL-Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea e Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania. Coordenação do Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre juventudes, identidades, cidadania e cultura-NPEJI/UCSAL, bolsista produtividade CNPQ e pesquisadora da FLACSO-BRASIL. – [castromg@uol.com.br](mailto:castromg@uol.com.br).

**RESUMO:** Recomendo pisca - alerta, ou ‘uso com moderação’ deste texto, reiterando advertência, já expressa em trabalho anterior. Ouso realizar uma leitura sociológica de trabalhos do campo da psicanálise Winnicotiana, considerando sua possível propriedade para reflexões sobre jovens em gangues, o estudo foco deste texto (Abramovay et al 2010) [deste, maternidade, família, gênero e criança] , apoiando-me também em heresia assumida inclusive por Winnicott em seu debate sobre conceitos próprios da ciência política e da sociologia, como democracia.

---

Winnicott assim inicia o texto “Algumas considerações sobre o significado da palavra democracia”:

Em primeiro lugar, devo dizer que estou emitindo opiniões sobre um assunto que está fora de minha área de especialidade. É possível que, num primeiro momento, os sociólogos e cientistas políticos se ofendam com esta impertinência. Mesmo assim, me parece proveitoso que os especialistas atravessem suas fronteiras de tempos em tempos, contanto que percebam (como certamente o faço) que seus comentários inevitavelmente parecerão ingênuos aos olhos daqueles que conhecem toda a literatura relevante e estão acostumados ao jargão profissional que o excursionista ignora totalmente. (Winnicott, 2011:227)

A tônica da pergunta “É possível um diálogo entre Winnicott, feministas e sociólogos quando o foco é gênero e família?” que primeiro me orientou pensar este trabalho se mantém, contudo mais restrinjo este texto ao estatuto de notas, considerando, principalmente as idéias de Nancy Chodorow-sociologa, feminista com formação em psicanálise- sobre maternidade e suas referencias a Winnicott .

Após revisita de pares, do campo da sociologia e do feminismo e exploração em vôo cego, ou seja me assumindo neófito, em escritos de Winnicott uso, como resposta à questão original, um “depende”. Depende de como se constrói tal imaginado dialogo entre sociólogos feministas e Winnicott e depende de outra questão subliminar, qual seja: Para que serve tal dialogo?

De fato mesmo considerando polemicas no campo do feminismo, mais conjugado a sociologia, sobre o conceito de gênero, e em particular sua desconstrução por autores contemporâneos de uma linha pos estruturalista para as quais as categorias homem e mulher e as relações sociais entre tais entidades, construtos básicos das formulações de gênero, estão sendo questionadas (BUTLER 1998, entre outras), assim como acessando correntes feministas que recorrem ao conceito de patriarcado<sup>1</sup>, o dialogo com correntes da psicanálise é tortuoso. Por exemplo, o foco de textos de Winnicott, ou o que mais investiguei para este documento- “A Família e o Desenvolvimento Individual” (edição de 2001-original em inglês, primeiro publicado em 1965 e que só aparece no Brasil em 2011) – é a chamada fase pré Edipiana, a criança no colo da mãe, ou seja, a díade bebê-mãe, tendo como norte o desenvolvimento do individuo. Já tal relação assumiria outro norte no feminismo, privilegiando-se a mulher ou a mãe.

O dialogo é tortuoso, mas não impossível. Winnicott admite principio caro a sociólogos, i.e., que a família não é uma totalidade harmônica, chamando atenção às relações entre seus constituintes, como o pai e a mãe, e influencias do meio externo. É no plano de conjugar relações sociais que destaca a importância da família para o desenvolvimento da criança:

The strength of the family comes from its being a meeting-place between something that arises out of the relationship of the father and the mother, and something that derives from the innate factors that belong to the emotional growth of the individual child-factors which I have put together under the heading of a tendency towards integration (WINNICOTT, 2001: 71)

---

<sup>1</sup> “Saffioti (2004.) ressalta que gênero seria um conceito mais abrangente que o patriarcado, envolvendo relações de vínculos, de igualdade, de diferenças e de desigualdades e antagonismos, enquanto nas relações patriarcais prevalecem as relações de antagonismo e hierarquia” CASTRO, 2012:10

Também sociologicamente atrativa sua ênfase no ambiente (*'real surrounding'* p xiv) e em relações sociais, bem expressa em sua famosa frase “não existe tal coisa como um ‘bebê’ em si: estamos sempre lidando com um ‘casal que cuida’” (*'there is no such thing as a 'baby' on its own: we are always dealing with a 'nursing couple'*)-p xiv).

Segundo Loparic (2000) tal recorrência ao conceito de ambiente como condicionante da doença psíquica era hostilizada nos meios psicanalíticos nos anos 20 e 30<sup>2</sup>.

Contudo a leitura de Winnicott (1965/2001) sugere que este dá centralidade a um tipo de família, a nuclear, formada por um pai e uma mãe, como sua citação antes apresentada indica. O que, já por si seria fonte de questionamentos críticos no campo da sociologia e do feminismo, uma vez que tal tipo inclusive é uma reificação de uma instituição cada vez mais diversa e plural.

Um possível diálogo entre sociólogos, feministas e Winnicott (1965/2001) é dificultado também pela ambigüidade da modelagem, do *'nursing couple'* a que êle se refere. As categorias mulher e homem e as relações entre eles, quer no plano de cuidados, assimetrias e hierarquias quer para refletir sobre construções sociais e simbólicas, ou seja como construtos do ambiente interno-a família- e mais amplo ou externo- a sociedade- não ficam claras em Winnicott. Omite-se como a dialética entre conflitos e negociações entre os componentes daquela família influenciam formações simbólicas, os sentidos que cada um dos membros dá ao ser e estar em família.

---

<sup>2</sup> “ Winnicott não desejava abandonar os procedimentos da psicanálise ortodoxa, eficientes ferramentas na resolução de problemas, mesmo estando eles embutidos em postulados metapsicológicos (forças psíquicas e mecanismos mentais) que ele rejeitava. Mencionamos acima sua declaração de que a existência do complexo de Édipo era algo bem confirmado. Reconhecia também a grande importância e a sólida base empírica da teoria kleiniana da posição depressiva, embora visse ali uma situação dual e não triangular, como fazia Klein. Por outro lado, ele [Winnicott] precisava de procedimentos novos e mais poderosos que pudessem resolver os problemas clínicos que tinham sua origem na relação mãebebê real e primitiva. Assim sendo, que rumo ele iria tomar?

Um elemento importante da solução encontrada por Winnicott veio do estudo do ambiente. Desde 1923 ele se via cada vez mais atento ao fato de que havia uma relação entre o ambiente e a doença psíquica e, diz ele, isto “fez acontecer algo dentro de mim” (1989a, p. 576). Nos anos 20 e 30 nenhum psicanalista estava interessado nesse problema. Ele foi inclusive aconselhado a deixar de lado esse tipo de pesquisa por seu analista J. Strachey (1923-33), um freudiano ortodoxo, e depois por J. Riviere, sua segunda analista (1933-38). Riviere recusou-se a sequer considerar um artigo que Winnicott planejava escrever sobre a classificação dos diversos tipos de ambiente. Naquela época, conta ele, os psicanalistas “eram as únicas pessoas [...] que aceitavam a existência de qualquer coisa, menos a do ambiente” (1989a, p. 577). Ele, porém, não podia deixar de concordar com os que viviam gritando que uma criança podia ficar doente pelo fato de seu pai ser alcoólatra. O problema à sua frente foi por ele descrito nos seguintes termos: “Como voltar atrás e levar em conta o ambiente, sem perder tudo aquilo que foi conquistado pelo estudo dos fatores internos?” (1989a, p. 577, grifo meu)” LOPARIC, 2000, p 40

Para melhor compreender a relação mãe-bebê, e principalmente em fase posterior, a relação mãe-criança, haveria, por um olhar sociológico feminista, que desvendar outra relação subliminar, que pode configurar ambientes de deprivação para a mulher-mãe e sua interação com o bebê. A meu juízo tal silêncio é outra pedra a dificultar diálogos. Como discutir maternidade sem refletir sobre gênero e relações de gênero patriarcais, pano de fundo daquela condição e estado emocional?.

De fato, se sublinhamos a centralidade para algumas correntes do feminismo do conceito de patriarcado, entendendo o patriarcado como dominação masculina (vetor mais enfatizado por Bourdieu 1999-cit. in Castro, 2011), ou seja, não apenas como a “lei do pai” (enfoque mais comum na psicanálise e em autores como Therborn 2006, sobre a família), mas primeiro como a lei do marido, do amante, do amado, haveria que acessar maternidade, e relações mãe-bebê destacando o ambiente em que circula a mãe, a questão da sexualidade e do afeto. *“Saffioti sugere que o trabalho está para a economia política assim como a sexualidade está para uma teoria de gênero que busque se fundar na igualdade e em diferenças não socialmente desiguais”* (CASTRO 2012: 6)

Outra pedra que complica diálogos entre uma teoria voltada para o desenvolvimento psicológico da criança e as que se preocupam com o desenvolvimento de relações socio-sexuais não restritas a heteronormatividade nem apoiadas em assimetrias por sexo/gênero seria o fato de que a criança entra na agenda feminista, comumente como apêndice ao debate sobre mãe e direito de adoção por casais homoafetivos.

Para alguns autores no campo feminista, o processo-maternagem, maternidade - estaria contaminado por relações sociais e simbólicas patriarcais, que marginalizariam ou afogariam uma mulher em se fazendo enquanto, para outras feministas, mãe, maternagem, maternidade poderiam colaborar para um poder singular das mulheres, principalmente se a família fosse esquartejada, ou seja, dela suprimida o macho reprodutor.

Antes de destacar alguns blocos da perspectiva winnicotiana e as referências de Chodorow (1978) e Chodorow (1982), seguem-se notas sobre alguns enfoques feministas sobre família e maternidade.

## **2 ALGO SOBRE ENFOQUES NO FEMINISMO SOBRE FAMÍLIA E MATERNIDADE**

Michele Barret e Mary McIntosh, ambas sociólogas e feministas de renome, em trabalho que marcou o campo de estudos sobre família por feministas, “A Família anti social” (1982) enfatizam que a briga quer de socialistas quer de feministas deveria ser contra a ideologia familista hegemônica que muito se identifica com uma ideologia sexista hererossexualista que marca a sociedade ocidental; contra certos tipos de configurações familiares e a exclusão de tantas outras possíveis. A questão é que são tênues as fronteiras entre instituição, legitimidade social desta e imposição de uma ideologia, assim como a des-identificação de socialistas e feministas com a crítica a um tipo histórico e social específico de família- a família nuclear ou extensa baseada na autoridade do pai-marido e na divisão sexual do trabalho, do poder e do prazer. A crítica feminista a tal tipo de família foi confundida com uma palavra de ordem genérica: “morte à família”.

Tal simplificação é rejeitada por diversos autores. Por exemplo, Chodorow e Contratto (1982) em artigo crítico a correntes feministas, negam a propriedade de posturas que consideram a mãe como toda poderosa, assim como aquelas que reduzem a mãe e a mulher a vítimas passivas. Também advertem que assim como os antifeministas tendem a culpar a mãe por tudo que acontece na trajetória dos filhos, há correntes feministas que culpam a criança, ou o ter filhos por deprivações no ambiente de maternagem.

Também Barret e McIntosh (1982) como muitas outras feministas e sociólogos recusam interpretações essencialistas sobre a família e só debatem sobre o tema o territorializando: que família, de quem, em que classe, em que cultura, como, representada de que forma e por quem, no interesse de quem e de que e onde. Pede-se portanto referências históricas aos nexos entre o público e ao privado, dando contexto a textos e evitando o pecado original da própria sociologia, no século XIX, a busca de leis gerais.

Richard Sennet, por exemplo, em texto de introdução à sociologia limitaria a força do desejo e da vontade pessoal no plano dos afetos, valorizando o que para alguns autores seria o ambiente, para outros o contexto, as forças molares:

All too often in writing on private family...it is assumed that privatization can accomplish its own goals, that people who desire to create little hidden regions of open emotional expression in society can actually do so... it is an attempt which constantly fails, precisely because the alien world organizes life within the house as much as without it" (SENNET 1980: 109 cit in BARRET E MCINTOSH 1982: 90)

Mas Barret e McIntosh (1982) relativizam tal determinismo contextual ao insistirem na perspectiva da heterogeneidade de apropriações de sentidos no debate sobre família por ênfase na ideologia, ou seja no familismo, dando portanto espaço ao plano das representações ou das re-a-presentações do vivido ou da chamada 'realidade', ou seja a realidade do simbólicos, tendo como referencia a dinâmica interna da família e nesta ressaltando a família como foco de vida afetiva e de socialização.

Uma das teses de Barret e McIntosh (1982) é de que o apelo a reconhecidas propriedades da instituição família como o apoio emocional, a importância dos vínculos de parentesco, inclusive para o desenvolvimento da criança a blindaria contra as críticas, mas o que se deveria perguntar é: Por que só a família cumpriria tais papeis?

[Family] is indeed a major agency for caring, but in monopolizing care it has made it harder to undertake other forms of care. It is indeed a unit of sharing, but in demanding sharing within it has made other relations tend to become more mercenary. It is indeed a place of intimacy, but in privileging the intimacy, but in privileging the intimacy of close kin it has made the outside world cold and friendless, and made it hard to sustain relations of security and trust except with kin. Caring, sharing and loving would be more widespread if the family did not claim them for its own. (BARRET E MCINTOSH 1982:82)

É focalizando o constituinte afetivo da família que as feministas vão apresentar críticas mais consensuais, já que o amor romântico e a suposta amorosidade das mulheres seriam tidos como coadjuvantes de assimetrias de poder e dependências, qualidade negativas à autonomia inclusive emocional das mulheres.

Em relação a socialização das crianças registram-se mais divergências. Sustentam Barret e McIntosh (1982) entre outras: primeiro, que a segurança material dos filhos se mantém por uma histórica divisão sexual do trabalho e do poder entre homens e mulheres e omissão do Estado em suprir segurança social, ou cidadania plena; segundo, que a

necessidade de um par, pai e mãe, para criar uma criança é parte do construto ideológico pró família. Rejeitam a tese de que um pai e uma mãe, quer como casal biológico quer social, sejam necessários ao desenvolvimento da criança, assim como a individualização de um cuidador ou uma cuidadora do mesmo sexo que a criança, com a qual ela venha se identificar.

De fato a ética de cuidado para algumas feministas e sociólogos se chocaria com a ética de justiça quanto a distribuição de responsabilidades. É quando muitas se questionam, mas concordam sobre a dependência afetivo emocional das crianças pequenas, sua necessidade de cuidados o que incluiria principalmente afeto (Castro et al 2012) .

Mas Barret e McIntosh (1982) defendem que essa imaginada necessidade das crianças de cuidadores que desempenhem a maternagem ou a paternagem, derivaria de uma leitura enviesada de teorias psicanalistas:

So individual role models are thought to be necessary for the socialization of the child, and where they are missing, surrogates are searched out. But this is an extremely literal reading of Freud, and rather an implausible one (BARRET e MCINTOSH, 1982).

O interesse pela socialização das crianças mais atrai correntes do feminismo, quando gênero é focalizado, o seja a construção social de gênero já na primeira infância.

Maternidade e cuidado são temas que vem sendo revisitados por sociólogos e feministas e mesmo os que usam o conceito de patriarcado em aportes teóricos para desvendar obstáculos à realização da mulher como sujeito de direitos, desejos e sem subordinações, não se centralizam mais necessariamente na família como instituição concreta, lócus de vivencia de uma relação de parentesco ou convivência, como fonte principal daquele sistema de dominação. Gênero, família e maternidade são indagados como construções que pedem mudanças e que admitem desestabilizações e de-re-construções de sentidos. É quando algumas feministas mais investigam sobre a potencialidade da maternagem, dos laços entre filhas e mães para uma possível erosão de reproduções do patriarcado. Destaca-se socialização em gênero (Chodorow, 1978).

Contudo o próprio conceito de socialização pede colchetes, pois implicaria tomar um modelo estático de praticas, crenças, atitudes e valores que seriam decalcados em um ser

passivo e sem autonomia, a criança, ou que seriam negados mas também pelo mesmo processo, por transmissão vertical monolinar, impressos no objeto criança.

Mas que objeto é esse? É quando algumas feministas reconhecem a importância da psicanálise e se voltam para a discussão sobre subjetividade, a produção de identidades engendradas ou em se fazendo, des-fazendo-se e se refazendo por aí (Barret e McIntosh 1982; Mitchell 1974 e Chodorow, 1978 entre outras). Mas que psicanálise?

O foco em subjetividades engendradas aproxima algumas feministas de Lacan e Freud, recorrendo ‘à lei do pai’ que apelaria também para desejos e necessidades da criança (entre outras Simone de Beauvoir do 2º Sexo é comumente citada como ilustração e para o caso da relação entre pai-filha, segundo Barret e McIntosh, 1982).

Já Mitchell (1974) insiste em aproximar o feminismo da psicanálise Freudiana, considerando que é neste campo que melhor se anuncia a dinâmica do patriarcado. Já para outros, a teoria Freudiana estaria baseada em uma família burguesa datada, ressaltando-se culpas e repressões sociais, o que não resistiria o passar dos séculos, e seria menos convincente quando referida à sexualidade feminina (Chodorow 1978, por exemplo).

Mas resgatando se não a criança, a relação mãe e filhos e advogando a importância de tal díade inclusive no questionamento da “lei do pai”, que mais que da família, algumas feministas destacam o tema da maternidade (entre essas cita-se Nancy Chodorow, 1978; Dorothy Dinnerstein, 1976 e Jessica Benjamin, cit in Chodorow e Contratto, 1982). Outra aproximação entre sociologia, feminismo e psicanálise seria tentada, considerando a versão da psicanálise que apresentaria um outro olhar sobre o conflito de Édipo e resgataria a importância da relação mãe-filho, principalmente mãe-filha.

The internalization of the father authority at the Oedipal moment is the basis of the boy's placement in a patriarchal order, and the weakness of the configuration for girls is the source of women's lesser inner-direction, responsibility and guilt. But to emphasize the consequences, for both sexes, of Oedipal struggle is to pay less attention to pre-Oedipal relationships. In particular, it leads to an emphasis on the patriarchal authority of the father at the expense of proper consideration of the primary relationship between child and its mother.



The primary relationship, though not without conflict, is characterized by nurturance and attachment. So it is argued, the later object-choices cannot be so decisive for the girl as for the boy; he can replicate the primary relation with the mother in adult heterosexuality whereas she is likely to remain at a fundamental level more torn between (heterosexual) object-choice and an attachment to relations that reproduce the intimacy and nurturance of the early bond with the mother. An approach of this kind is very different from the classic Freudian tradition. It shares many basic points, but sees Freud's stress on patriarchal authority and Oedipal socialization as the product of a particular family form in a specific period of history, bounded by class and culture (Barret e McIntosh 1982:126)

O destaque dado por Winnicott ao que se chamou na citação anterior de relações pré edipianas, a importância do vínculo entre mãe e filho ao nascer, e por aí a preocupação de Winnicott com o processo de amadurecimento e nesse o lugar de quem materna viria, portanto atraindo uma linha do feminismo crítica a construtos da psicanálise de corte Freudiano, centralidade do complexo de Édipo em todos os ciclos de maturação e interpretação sobre a mulher por inveja do pênis.

Destaco na próxima seção a feminista socióloga Nancy Chodorow (1978-tradução para o português em 2002) que em seu livro “A Reprodução da Maternidade. Psicanálise e a Sociologia de Gênero” menciona formulações de Winnicott, ainda que com críticas, em especial ao conceito de ‘boa mãe’, mas interessada na perspectiva das relações objetais., com ênfase não exclusivamente em uma ética de cuidado, mas também em uma ética de justiça.

Ana Regina Reis (2008), pesquisadora feminista, em artigo intitulado “Nancy Chodorow: Não se nasce mãe” recorre ao historiador Zaretsky sobre a visibilidade na psicanálise da teoria das relações objetais, destacando a contribuição de Melanie Klein (1882-1960) por sua teoria e estilo de vida<sup>3</sup>, conjunto não disjunto:

Segundo o historiador Eli Zaretsky (2003) a teoria das relações objetais expressou, dentro da psicanálise, uma nova orientação para a vida pessoal. Constituiu uma ética baseada na personalidade

---

<sup>3</sup> “Formado entre outros por Virginia Woolf (1882-1941), o escritor e cientista político Leonard Woolf (1880-1969), o escritor E.M.Foster (1879-1970), o economista John Moynard Keynes (1883-1946), a pintora Vanessa Bell (1879-1961), irmã de Virginia e seu marido o crítico de arte Clive Bell (1881-1964)” (REIS 2008: 226)

relacional, sendo, efetivamente, uma alternativa feminina ao trabalho de Freud-a ética do cuidado em vez da ética de justiça...

A grande teórica das relações objetais foi Melanie Klein que deixou a Áustria para viver na Inglaterra, ai se relacionando com o grupo de Bloomsbury, formado por artistas e pensadores que desafiando padrões conservadores, faziam arte e experimentavam novos arranjos sexuais, professando a ética das relações e da convivialidade com os amigos, para além da família (REIS 2008:227)

Reis (2008) recorre também a Zeretsky para situar algumas diferenças entre Freud e Klein:

Tanto para Freud como para Klein o sujeito luta por conseguir certa bondade, mas para Freud a luta era kantiana e moral, enquanto para Klein era concreta e relacional. Para Freud, o superego era um imperativo categórico e despersonalizado; para Klein, se referia aos outros particularizados e concretos. Para Freud, o mundo interno estaria dominado por conflitos de autoridade; para Klein estaria dominado pela responsabilidade para com a particularidade dos outros com quem se incorre em obrigações, não em virtude de ser parte do gênero humano, como em Kant, mas porque se está em relações e circunstâncias específicas (ZARETISKY 2003;281, tradução de REIS, cit in REIS 2008;227)

Chodorow (1978) reconhece a importância da ética do cuidado para o desenvolvimento da criança, e critica a tendência das feministas discutirem teorias sobre a maternidade sem discutir teorias sobre infância e desenvolvimento da criança. Para ela e Susan Contratto (1982:71), em artigo intitulado “A Fantasia da Mãe Perfeita”: “*precisamos construir teorias que reconheçam colaboração e compromisso, assim como conflitos*”, mas defendem que:

A fantasia da mãe perfeita tem levado a uma opressão cultural das mulheres em interesse por uma criança, cujas necessidades são também fantasiadas” (CHODOROW E CONTRATTO 1982:72-original em inglês).

Chodorow (1978) expressa o reconhecimento que muitas mulheres querem de fato ser mães, mas que tendem a exageros comprometedores do seu fazer-se sujeito mulher e do desenvolvimento de crianças, freando a possibilidade de que venham a desestabilizar práticas tradicionais nas relações de gênero, como as divisões sexuais de trabalho, prazer e poder, minha leitura. Considera que outras modelagens de maternagem são possíveis e que as mulheres podem vir a ser mães-e-mulheres mas advoga que para tanto há que começarmos sendo críticos de um discurso naturalista da maternagem.

Alias discurso que viria segundo Badinter (2011) em seu livro com o sugestivo título “O Conflito, a Mulher e a Mãe” sendo revivido inclusive por correntes do feminismo, o chamado feminismo ecológico.

Para Chodorow (1978) maternidade não seria um destino, nem um instinto, nem dragão que domina o inconsciente, mas uma construção social. Ora toda construção traz em si o gérmen da sua desconstrução, mesmo que utópica. Adianto que Chodorow aceita mas não se entusiasma por desconstruir ‘destinos’, desassociando a mãe da mulher e idealizando cuidados compartilhados ou pais que assumam papéis de mães (Castro et al 2012). Alias ela pergunta por que se fala em maternagem por homens e não paternagem por parte de mulheres? De fato pergunta bem pertinente em um país como o Brasil onde uma boa parte é filho da mãe e não tem registro com nome de pai. (Ver em Anexo dados sobre tipos de família, em particular aquelas ‘chefiadas por mulheres’, segundo o censo de 2010, no Brasil.)

Podemos dizer que um homem ‘maternou’ a criança se ele foi a principal pessoa a cuidar dela, ou se está agindo de maneira a alimentá-la e ampará-la. Mas nunca poderíamos falar de uma mulher ‘paternar’ um filho, mesmo nas raras sociedades, nas quais uma mulher, de alta linhagem, ode tomar uma esposa e ser o pai social dos filhos de sua mulher. Nesse caso nós a chamamos de pai social da criança, e não dizemos que ela parternou seu filho. Ser mãe, portanto, não é só dar `luz um filho- é ser uma pessoa que socializa e cuida (CHODOROW [1978] 2002, P 27-28)

Chodorow (1978) vai insistir nos vínculos emocionais entre as mulheres, na díade mãe-filha, como antídoto a uma reprodução de relações patriarcais, interpretada por alguns como uma busca utópica por uma sociedade sem pai, e por outros como questionamento da autoridade paterna. Mas essa autora apresenta postura mais radical: e por que não uma sociedade sem mães e pais definidos pela biologia?

Contudo Chodorow (1978) é criticada por outras feministas, como Barret e McIntosh (1982) por ter se restringido à análise da dinâmica da família e porque ao se aproximar da psicanálise, teria deixado de lado o debate que para essas autoras seria mais fecundo para o feminismo: a relação entre o privado e o público, ou a estruturação da família como uma ideologia. Ideologia que não se reproduziria tão somente ao nível da família ou pelas relações na família mas que sustenta um ethos civilizatório amparado por distintos aparatos sócio-político-culturais. Concluem Barret e McIntosh (1982:130; 159)

We need not merely an analysis of family-as-institution or family-as-socialization, we need an analysis of the utterly hegemonic status of the familial perspective and familial ideology. We dissent most strongly, therefore, from those who argue that ‘the family’ is in decline. We have stressed the anti-social character of the present form of the family but also the social privilege that makes it such a powerful entity.

...

What is needed is not to build up an alternative to the family – news forms of household that would fulfill all the needs that families are supposed to fulfill today but to make the family less necessary, by building up all sorts of other ways of meeting people’s needs, ways less volatile and inadequate than those based on the assumption that ‘blood is thicker than water’

No feminismo, como expresso por Barret e McIntosh (1982), a família não seria a única instituição ou processo com potencialidades para o bem estar dos indivíduos, inclusive das crianças. Já tendo como foco o desenvolvimento emocional do indivíduo, para Winnicott (2001) primeiro a relação mãe-bebê e em seguida a relação família - indivíduo seriam instancias privilegiadas para a decolagem de tal desenvolvimento, com especial ênfase para o que chama de ‘*famílias intactas*’:

The individual in the course of emotional growth is going from dependence to independence, and in health retains the capacity for shifting to and fro, from one to the other. This process is not achieved quietly and easily. It is complicated by the alternatives of defiance and of return from defiance to independence. In defiance the individual breaks through whatever is immediately around him or her, giving security.

[...]when the family is intact and the brothers and sisters are true siblings, then each individual has the best opportunity for beginning to lead a social life The main reason is that as the centre of everything is the relationship to the actual father and mother, and however much this separates the children because it makes them hate each other, its main effect is to bind them, and to create a situation in which it is safe to hate WINNICOTT, 2001: 132)

Destaco do debate sobre feminismo e família, a onda do feminismo que mais que criticar a família como eixo básico do patriarcado, vem se preocupando com as formas contemporâneas que esse assume, tendo o Estado, a Igreja e o mercado também como

aparatos reprodutores. A ordem patriarcal espalhar-se-ia por varias instituições e culturas (Pateman 1988 e Saffioti 2004<sup>4</sup>), Como integrando esse, o familismo como ideologia muito se aproxima de fundamentalismos religiosos (Therborn 2006 ) e perversas reproduções de violências contra a homo afetividade e os trânsitos por ou negando gêneros e sexos-mas essas são notas para outro texto.

Se o apelo mais radical de Barret e McIntosh (1982) sobre mudanças sociais conjugadas na vida privada e ordenação do publico, muito me atrai, considero entretanto que há reflexões a resgatar tanto de Winnicott (1965/2001) quanto de Chodorow (1978 em prol do desenvolvimento individual da criança e em prol de turbulências em uma socialização engendrada por parâmetros patriarcais, considerando a instituição família.

A preocupação com o desenvolvimento emocional do individuo, a importância dada à relação mãe e filhos nos primeiros anos da criança, e por ai o debate sobre maternidade e maternagem são terrenos temáticos que colaboram para alguma identificação de princípios entre autores, com nortes diferentes e que caminham com bussolas cognitivas não necessariamente ajustadas, como a sociologia, o feminismo e a psicanálise winnicottiana.

O meu interesse entre uma leitura cruzada desses dois autores, Chodorow e Winnicott leva a uma re-territorização do texto, mais me concentrando nas referências que faz Chodorow a Winnicott Neste texto alem de me limitar a esses autores e referências especificas, a intenção é mais identificar blocos da posição winnicottiana que colaborem para a perspectiva teórica de Chodorow sobre, repito a díade mae-filha e pontos de conflito, como o conceito de ‘boa mãe’ em Winnicott- “A Família e o Desenvolvimento Individual” (1989;

---

<sup>4</sup> “A dominação dos homens sobre as mulheres e o direito masculino de acesso sexual regular a elas estão em questão na formulação do pacto original. O contrato social é uma historia de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação. A liberdade do homem e a sujeição da mulher derivam do contrato original e o sentido da liberdade civil não pode ser compreendido sem a metade perdida da história, que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato. A liberdade civil não é universal – é um atributo masculino e depende do direito patriarcal. Os filhos subvertem o regime paterno não apenas para conquistar sua liberdade, mas também para assegurar as mulheres para si próprios. Seu sucesso nesse empreendimento é narrado na historia do contrato sexual. O pacto original é também um contrato sexual quanto social; é social no sentido de patriarcal – isto é, o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres-, e também sexual no sentido de estabelecimento de um acesso sistemático dos homens ao corpo das mulheres. O contrato original cria o que chamarei, seguindo Adrienne Rich de ‘lei do direito sexual masculino’. O contrato está longe de se contrapor ao patriarcado; ele é o meio pelo qual se constitui o patriarcado moderno” (Pateman 1988: 16-17 cit. in Saffioti 2004: 53-54).

2001-original em inglês). Esse conceito é criticado por Chodorow e Contratto (1982) quando também rejeitam o conceito que segundo ela estaria em vários textos feministas, ou aí sugeridos, de “mãe perfeita”.

### **3 LEITURAS CRUZADAS: A MÃE NA RELAÇÃO MÃE-FILHOS E À ‘BOA MÃE’ EM WINNICOTT<sup>5</sup> E REAÇÕES E POSTURA DE CHADOROW<sup>6</sup>**

No capítulo sobre o “Primeiro ano de vida”, Winnicott (ver nota 3) defende que a mãe (biológica ou que cumpre tal papel) estaria apta para a proteção da criança “em tal estágio de vulnerabilidade”, o que já relativiza a leitura de que a ‘boa mãe’ seria uma mulher ou pessoa especial, mais sugerindo que em princípio toda mãe seria uma boa mãe, ainda que em partes específicas discuta o que chama “desordens maternas” e rejeite a noção de ‘instinto materno’, que seria mais próprio em animais. “*Ela sabe o que o bebê estaria sentindo. Ninguém mais sabe*” (WINNICOTT 2001:22). Ele ressalta que significados da criança para a mãe nos primeiros anos de vida, e mais propriamente quando aquela é um bebê, se associaria ao novo sentido com que a mulher se auto perceberia. O que se projeta quando da gestação e que influenciaria o sentido que ela, mãe, teria para o bebê:

We notice in the expectant mother an increasing identification with the infant. The infant links up with the idea of an ‘internal object’ in the mother, an object imagined to be set put inside and maintained there in spite of all the persecutory elements that also have place there. The baby has other meanings for the mother in the unconscious fantasy, but the predominant feature may be willingness as well as an ability on the part of the mother to drain interest from her own self on to the baby. I have referred to this aspect of mother’s attitude as ‘primary maternal preoccupation. (WINNICOTT 2001:22)

---

<sup>5</sup> WINNICOTT, D.W. **The Family and Individual Development**- Londres, Brunner-Routledge, 2001-primeiro publicado em 1965

<sup>6</sup> CHODOROW, Nancy **The Reproduction of Mothering. Psychoanalysis and the Sociology of Gender**, Berkeley, University of California Press, 1978  
CHODOROW, Nancy e CONTRATTO, Susan “The Fantasy of the Perfect Mother” in THORNE, Barrie e YALOM, Marilyn (ed.) **Rethinking the Family. Some Feminist Questions**, New York, Longman, 1982-p 54-75

Contudo condiciona tal estatuto a condições que não seriam controladas pela mãe, como que a mulher mãe se sinta amada pelo pai, pela família e confortável ou aceita por outros círculos, na sociedade.

Tal reflexão possivelmente não seria aceita por feministas que tendem a reivindicar a autonomia da mulher-mãe em particular na relação familiar próxima e considerar que na díade mãe-filhos, não haveria projeção do pai, mas uma construção social da maternidade que independeria da dinâmica afetiva sexual dos conjugues (e.g. BARRET e MCINTOSH, 1982). Mas ao destacar que o conhecimento para a maternagem, viria da gravidez e que tal conhecimento poderia ser perdido com o crescimento da criança, Winnicott, minha leitura, se aproximaria da reflexão feminista sobre a importância da prática na produção de sentidos no cotidiano (SPINK : 2004).

The mother is able to fulfil this role if she feels secure; if she feels loved in her relation to the infant's father and to her family; and also feels accepted in the widening circles around the family, which constitute society.

If we like, we may continue to leave the task of infant care to the mother, whose capacity does not rest on knowledge but comes from a feeling attitude which she acquires as the pregnancy advances, and which she gradually loses as the infant grows up out of her (WINNICOTT 2001:4)

Entretanto a dependência histórico-político-cultural para os sentidos dados pela mulher à maternidade e formas de seu exercício são mais sublinhadas por autores feministas, em especial considerando estes tempos. Segundo BADINTER 2011:21:

O individualismo e a busca de plenitude pessoal predis põem as futuras mães a se fazerem perguntas que elas não se faziam no passado. Uma vez que a maternidade não é mais o único modo de afirmação de uma mulher, o desejo de filhos pode entrar em conflito com outros imperativos.

A responsabilidade da mãe (biológica ou substituta) no desenvolvimento da criança é enfatizada, e Winnicott ressalta a importância de “devoção” (seu vocábulo) por parte da mãe, ao bebê, em seus primeiros meses. Segundo ele, “*somente uma mãe (biológica ou social) devotada seria capaz de acompanhar as necessidades da criança*” (p 33). Mesmo quando a criança cresce, seria a mãe, no texto winnicottiano, o objeto de referência principal na



modelação de sentidos que a criança daria a palavra “amor”. A mãe significaria contacto afetuosos, integração, lidar com a separação, e cuidados recíprocos mãe-criança:

[...] Love means affectionate contract with the mother; Loves means integration (on the part of the infant) of the object of instinctual experience with the whole mother of affectionate contact; giving becomes related to taking, etc.; Loves means staking a claim on the mother, being greedy under compulsion, forcing the mother to make up for the (inevitable) deprivations for which she is responsible; Love means caring for the mother (or substitute object) as the mother cared for the infant – a preview of an adult attitude of responsibility. (WINNICOTT 2001:19)

Nos escritos de Winnicott quando a referencia é a familiares psicóticos ou “severamente neuróticos” (p.106) aparece o termo “mãe caótica”, ou em “estado de caos organizado”, e a alternativa de separar os filhos da mãe, aventada. Segundo o autor, “a psicologia em que estou engajado considera que maturidade é sinônimo de saúde” (p 128)

### 3.1 REFLEXÕES DE CHODOROW

Chodorow (1978) declara que aceita de Winnicott a idéia de que há “formas boas de parentesco e que essas seriam importantes para o desenvolvimento das crianças mas questiona a eleição da mulher como cuidadora por excelência, principalmente as bases biológicas para tal delegação:

I do not question the reality of biological experiences. Nor do I mean to raise questions about what constitutes ‘good-enough parenting’ (to vary a phrase of psychoanalyst D.W. Winnicott), or whether children need constant, predictable care from people with whom they have primary relationship (I believe they do). What I wish to question is whether there is a biological basis in women for caretaking capacities specifically and whether women must perform whatever preventing children need. (Chodorow 1978: 16)

Ressalta a importância da recusa de Winnicott à idéia de ‘instinto maternal’ e a observação desse autor de que as mudanças que advem com a gravidez deveriam ser pensadas em termos psicológicos, e portanto que podem variar de mãe para mãe e resgata para sua crítica à noção da vocação para a maternidade das mulheres ou seu acento biológico, a reflexão de Winnicott sobre a possibilidade de ser temporária a “identificação projetiva” da mãe com a criança. Lembramos que para Winnicott tal identificação estaria relacionada com a gravidez, ou trazer uma criança em seu corpo, o que “duraria por um certo tempo depois do



*parto e progressivamente perderia o significado*” (Winnicott, 1960 cit in CHODOROW 1978:29)

Chodorow teve formação em sociologia e psicanálise, optando pela perspectiva de relações objetais, mas seu principal foco é nas assimetrias de gênero relacionadas com a maternagem pelas mulheres, assim explicita:

I focus primarily on the ways that family structure and process, in particular the asymmetrical organization of parenting, affect unconscious psychic structure and process. Freud claimed ‘The character of the ego is a precipitate of abandoned object-cathexes and...it contains the history of those object choices’ (Freud 1923-“The Ego and the ID” ). But in Freud’s clinical account, all elements of mental life are affected by relational experience. (CHODOROW 1978, 49)

Se Winnicott e Chodorow concordam com a importância da relação mãe e filhos para estes, e até para muitas mulheres, segundo Chodorow, quando se qualifica o que seria a boa mãe, ou o que bem contribuiria para aquela relação e conseqüente desenvolvimento psicológico das crianças, as divergências aparecem.

Chodorow considera que a modelagem de Winnicott da ‘boa mãe’ tenderia a um tipo ideal, inclusive uma idealização da mulher mãe e que tal modelagem teria pouca probabilidade de servir de espelho para uma mulher ‘normal’. Idealizar-se-ia como ‘boa mãe’, a mulher que combinasse a recusa da sobreproteção com o desenvolvimento de qualidades altruístas, de desapego. Critica a implícita idéia de que a maternidade seria gratificante para as mulheres, e que a ‘boa mãe’ seria construída por sentimento de empatia, identificação primária e “*experienciar a maternidade como sendo a criança um continuo com o seu self e não separado*” (p 85) Ela ressalta que a distancia entre a mãe ideal, aspiração do psicanalista, e a mãe ‘real’ ou as mães que enfrentam realidades diversas na materialidade de suas existências, contribuiria para incutir culpa nas mulheres:

The account of these theorists [Winnicott e Bowlby, entre outros] suggest that good maternal behavior requires both a Constant delicate assessment of infantile needs and wants and an extreme selflessness. Winnicott, for instance, points out that the infant is aware only of the failure of maternal care, and the lack of autonomy and sense of effectiveness which result from too little care, and the lack of autonomy and sense of effectiveness which result from too little care,

and the lack of autonomy and sense of effectiveness which result from too much – and otherwise takes this care for granted. The infant is unaware of satisfactory care from the mother, because it is ‘almost a continuity of the physiological provisions of the prenatal state’ (Winnicott 1965-The Maturational Process) In similar terms, Michael Ballint, in his description of primary love, has pointed out that the satisfactions of this love bring well-being and tranquility and fulfill infantile expectations, whereas the failure to satisfy it brings a violent and intense reaction. (CHODOROW 1978: 85)

Chodorow (1978) considera que em analistas com a posição de Winnicott apenas se cerca o “nível psicológico do papel maternal” e que esses tenderiam a marginalizar a potencial assimetria psicológica nas relações mae-criança e a possibilidade da mãe ter outras referencias que não a criança e o interesse em mitigar a intensidade dessa relação:

Male theorists (Bowlby e Winnicott are cases in point) ignore the mother’s involvements outside of her relationship to her infant and her possible interest in mitigating its intensity. Instead they contrast the infant’s moves toward differentiation and separation to the mother’s attempts to retain symbiosis (CHODOROW 1978: 87)

Outro ponto destacado de forma critica por Chodorow (1978) na perspectiva winnicottiana seria a desconsideração do lugar de gênero, na relação mae-criança, ou seja a inscrição sexo/gênero de cada par nessa relação:

Winnicott bypass the issue of gender and emphasizes that regression to infantile feelings and the experience of oneness enables a mother to empathize with her infant. (CHODOROW 1978: 88)

Entretanto a socióloga-feminista sublinha a importância do aporte psicanalítico de relações objetais para análises sobre mulher e maternidade e reprodução de construtos de gênero:

Women’s mothering reproduces itself through differing object relational experiences and differing psychic outcomes in women and men. As a result of having been parented by a woman, women are more likely than men to seek to be mothers, that is to relocate themselves in a primary mother-child relationship, to get gratification from the mothering relationship and to have psychological and relational capacities for mothering (CHODOROW 1978: 206)

Em linha similar a outras feministas referidas neste texto, como Michele Barret e Mary McIntosh (1982), Thorne e Yalom (1982) e Badinter (2011), Chodorow (em Chodorow

1978) e Chodorow e Contratto, (1982) se alinham à crítica a atual organização da maternidade e ressalta o caráter de ideologia da maternidade, considerando que este é elemento básico a sustentar um sistema de sexo-gênero, dando base para reprodução de desigualdades sexuais.

Pela ideologia da maternidade, a mulher mãe teria a obrigação de se enquadrar a uma idealizada noção de 'boa mãe', sendo responsável pela trajetória de vida psicológica e , inclusive para o senso comum, material ou atos dos filhos e filhas, mesmo quando tenham seu comportamento, horizontes simbólicos e liberdade de circulação e acesso a oportunidades limitados por uma sociedade pautada em uma dominação masculina: *“crenças em uma super poderosa mãe sustenta um ethos cultural que culpabilizaria as mães e a fantasia da perfeição maternal”* (CHODOROW e CONTRATTO 1982: 55).

Diferenciam essas autoras a ideologia pró maternidade e a forma como essa seria culturalmente fantasiada, defendem o direito de uma mulher querer ter filhos e se sentir gratificada com tal experiência, mas rejeitam perspectiva essencialista, defendendo também o direito de uma mulher não querer ter filhos.

Segundo Badinter (2011: 206):

[...] há quase três décadas acontece uma verdadeira guerra ideológica subterrânea da qual anda não se avaliam plenamente as conseqüências para as mulheres. A volta com toda a força do naturalismo, revalorizando o conceito gasto de instinto materno e louvando o masoquismo e o sacrifício femininos, constitui o maior perigo para a emancipação das mulheres e para a igualdade dos sexos. Os partidários dessa filosofia, varias vezes milenar, detêm uma arma incomparável para fazer os costumes evoluírem na direção que desejam: a culpa das mulheres.

A apologia da maternidade reforçaria a hegemonia da heteronormatividade com suas assimetrias, entrelaça-se com o familismo e com a separação entre o público e o privado.

Questiona-se as perspectivas em distintos campos do conhecimento que privilegiam a família como instituição mais qualificada para a o desenvolvimento da criança, embora não seja esse o foco principal das análises das autoras aqui citadas.

Mas a ausência de foco também na criança é reconhecida como falha nos escritos feministas sobre família e maternidade:

Feminists have analyzed assumptions and biases in various disciplines, and feminism early on led us to notice cultural assumptions about gender (e.g. about sexual orientation) in society. But feminists have been trying to build a theory of mothering without examining or noticing that a theory of mothering requires a theory of childhood and child development as well. (CHADOROW e CONTRATTO 1982, p 70)

#### **4. NOTAS PARA OUTRAS ANOTAÇÕES**

A reflexão de Chodorow e Contratto (1982) acima cotejada, criticando em escritos feministas a falta de debates sobre o desenvolvimento emocional da criança e a importância da relação mãe-filho em distintos ciclos do curso de vida das crianças é uma chamada para importância de diálogos mais aprofundados entre feministas e a perspectiva winnicottiana.

Suas críticas a essa perspectiva, por outro lado, sugerem o silenciamento dessa sobre a mãe como mulher, sistemas de gênero e patriarcado, e ambientes vários de privação que vulnerabilizam a mulher e a mãe socialmente.

Em que pese que Winnicott-textos aqui referenciados- mais se aproxime da preocupação feminista e sociológica com relações sociais no âmbito da família e chamadas sobre o lugar do ambiente e privação emocional ou seja também de como a mulher mãe seria vista e acolhida na sociedade, haveria que mais discutir, possivelmente acessando outros textos desse autor, como ele relaciona ambiente e a privação emocional que a mãe enfrenta e as sua possibilidade de ser uma ‘boa mãe’ e garantir ambiente satisfatório ao desenvolvimento individual da criança, na fase bebê-no-col- da-mãe.

Loparic (2000) destaca que o fato de ser psicanalista e pediatra colaborou para que Winnicott se preocupasse com o ambiente, a necessidade de garantir ambiente satisfatório para o desenvolvimento emocional da criança, e ressalta a importância de seus estudos e

trabalho com crianças refugiadas. Ressaltando-se portanto a importância da base histórica e da prática, a experiência clínica para suas formulações teóricas.<sup>7</sup>

A história das famílias no Brasil não é homogênea. Hoje, no Brasil, por distintos processos históricos a família viria se diversificando.<sup>8</sup> o aumento da carga de muitas mulheres com trabalhos no mercado, sem necessariamente ter uma menor carga de trabalhos domésticos viria se ampliando, assim como no último censo, de 2010 se registra que de cada 10 famílias, 3 são ‘chefiadas’ por mulheres, sendo que a maioria se concentra em situações de

---

<sup>7</sup> Winnicott, que naquela época era ao mesmo tempo um pediatra praticante, encontrou-se diante da seguinte dificuldade: Inúmeros relatos de casos mostravam-me que as crianças que sofriam de distúrbios psiconeuróticos, psicóticos, psicossomáticos ou anti-sociais apresentavam dificuldades em seu desenvolvimento emocional já na primeira infância, enquanto ainda bebês. [...] Alguma coisa estava errada em algum lugar. (1965b, p. 172, grifo meu) Temos aqui a descrição do problema clínico que deflagrou a pesquisa revolucionária de Winnicott, a saber, as perturbações que pertenciam ao suposto campo de aplicação do paradigma edípico, mas que simplesmente não se encaixavam nele. O paradigma edípico não estava inteiramente errado, na verdade ele era constantemente confirmado, mas se mostrava insuficiente: mais precisamente, não conseguia fazer tudo o que Freud esperava que ele fizesse.

Assim, identificamos o ponto exato em que Winnicott começou a afastar-se de Freud, dando início à pesquisa revolucionária que acabou por substituir o paradigma edípico de Freud, “de três corpos”, pelo paradigma de Winnicott, da relação mãe-bebê, “de dois corpos”. LOPARIC, 2000.

[.....]

Sobre a ênfase no ambiente e na privação nas formulações winnicottianas, escreve LOPARIC (2000):

De fato, qual foi a solução encontrada por Winnicott? A ajuda lhe foi proporcionada, em grande medida, por um elemento accidental – a guerra – e provavelmente também por sua futura esposa, Clare Britton. Envolvendo-se com as operações de transferência das crianças pequenas de Londres para o interior, Winnicott viu-se obrigado, “enfim”, assim escreve ele, a tratar de crianças abandonadas e desajustadas.

A idéia era a de que “o problema por trás da tendência anti-social em qualquer família, normal ou não, é a privação”, e de que a esperança tinha o sentido de “tentar recuperar objeto perdido, passando por cima da privação” (1989a, p. 577).

<sup>8</sup> **IHU On-Line – Em que consiste “a complexidade e a diversidade das relações familiares do Brasil contemporâneo”?**

**José Eustáquio Diniz Alves e Suzana Cavenaghi –** De modo geral, pode-se afirmar que o modelo hegemônico de família nuclear era formado por um homem e uma mulher que se uniam em um matrimônio por toda a vida e praticavam sexo com finalidade generativa. Esse modelo de família tinha como base o casal heterossexual, ele mais alto e um pouco mais velho, com maior escolaridade, já com um emprego ou independência financeira e ela mais baixa, mais jovem, com menor escolaridade e voltada para a vida privada de dona de casa ou com emprego extradoméstico com flexibilidade e tempo parcial. Esse modelo de família trazia embutida uma forte desigualdade de gênero. A menor autonomia das mulheres na família era geralmente reforçada pela desigualdade social, em especial pela baixa taxa de atividade laboral e pela segregação no mercado de trabalho. O menor poder, a autoridade e o prestígio feminino decorriam da desigualdade de acesso e de controle sobre os diversos recursos econômicos, sociais e culturais. Contudo, esta “família padrão” começou a ruir na mesma”

época do fim da padronização fordista de produção, ou seja, com a revolução sexual dos anos de 1960, com a disponibilidade de métodos contraceptivos, a entrada crescente da mulher no mercado de trabalho, a reversão do hiato de gênero na educação e a aceitação mais ampla de novos arranjos familiares. Cresceu o número de domicílios comandados por mulheres. Em grande parte, isso se deve ao processo de empoderamento feminino, mas, em outros casos, a chefia feminina é decorrência da ausência do cônjuge e da falta de responsabilização dos pais (homens) com os filhos. (IN <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/515013-censo-2010-uma-familia-plural-complexa-e-diversa>) consultado em 20.5.2013

pobreza. Nesse censo se visibilizou quantitativamente os casais chefiados por pessoa do mesmo sexo que o/a conjuge—são 60 mil, sendo que 53,8% são formados por mulheres. (Ver em Anexo expressões quantitativas de tipos de famílias no censo de 2010 para o Brasil).

Outro tipo de família, seria a poliafetiva<sup>9</sup>, sem registro extensivo oficial. Tal quadro sobre a variedade de famílias no Brasil levanta algumas questões: As mães (biológicas e sociais) em tão diversas situações necessitariam de que condições para serem ‘boas mães’? Quem seria a pessoa mãe em cada tipo de família, considerando a pluralidade e diversidade de sua composição?

Cabe mais discutir que condições ou ambientes são necessárias para que mulheres ou pessoas na qualidade de mãe em tão diferentes configurações familiares possam de fato contribuir para ambientes satisfatórios para o desenvolvimento dos filhos (biológicos ou sociais) e a quem, ou a que instituição, a que sistema cabe exigir tais condições?

A leitura de conflitos na equação mãe e mulher, não desata o nó entre gênero e geração no âmbito da família. Se o interesse maior é por relacionar ética de cuidado com ética de justiça, reconhecendo características e necessidades quer dos bebês, quer das crianças quer das mães, e por relações sociais mais democráticas e não orientada por hierarquias coercitivas precisamos mais questionar nossos portos seguros se ainda não por diálogos, por tentativas de compreender o outro, indagar sobre nosso olhar sobre o outro, o outro conhecimento e assim quem sabe sair da zona de conforto de tolerâncias disciplinares.

## REFERÊNCIAS

---

<sup>9</sup> “As famílias poliafetivas se referem aos arranjos familiares cujo núcleo não é monogâmico. São os “casais de 3” ou o “casal de n pessoas”. Pode ser um arranjo formado por um homem e duas mulheres, uma mulher e dois homens (Uma Dona Flor de verdade) ou qualquer outro tipo de arranjo envolvendo mais de duas pessoas no núcleo familiar. Mas o censo não levantou múltiplos relacionamentos. A história mostra que a poligamia e a poliandria sempre existiram de forma mais ou menos velada. A novidade agora é que estes tipos de arranjos estão sendo visibilizados e estão sendo objeto de busca de base legal para serem reconhecidos na legislação brasileira. Existem, inclusive, as famílias poliafetivas cujos membros possuem poliorientação sexual.” DINIZ ALVES e CAVENAGHI-(IN <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/515013-censo-2010-uma-familia-plural-complexa-e-diversa>) consultado 20.5.2013

ALVES DINIZ, José Eustáquio e CAVENAGHI, Suzana “Censo 2010. Uma família plural, complexa e diversa. Entrevista” IN: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/515013-censo-2010-uma-familia-plural-complexa-e-diversa-consultado>> em 17.5.2013

BADINTER, Elisabeth **O Conflito A Mulher e a Mãe**, Rio de Janeiro, Record 2011

BARRET, Michele e MCINTOSH, Mary **The Anti-social family**, London, Verso, 1982

BUTLER, JUDITH “ Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do ‘pos modernismo’.” **Cadernos Pagu**, n 11, Campinas, UNICAMP 1998

CASTRO, Mary Garcia “O lugar da família, considerando jovens em gangues, em Brasília. Diálogo e curtos circuitos com Winnicott. Desafios para a interdisciplinaridade entre a Sociologia e a Psicanálise”. Texto apresentado no **COLOQUIO “A FAMÍLIA NA PSICANÁLISE DE WINNICOTT”**, UCSAL, Salvador, 2012-a ser publicado.

CASTRO, Mary Garcia “Notas sobre a Potencialidade do conceito de patriarcado para um Sujeito no Feminismo” In **CADERNOS CRÍTICA FEMINISTA**, ano V, n 4-dezembro 2011,p 72-99

CHODOROW, Nancy **The Reproduction of Mothering. Psychoanalysis and the Sociology of Gender**, Berkeley, University of California Press, 1978

-----**Psicanálise da Maternidade, uma crítica à Freud, a partir da Mulher**, Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 2002

CHODOROW, Nancy e CONTRATTO, Susan “The Fantasy of the Perfect Mother” in THORNE, Barrie e YALOM, Marilyn (ed.) **Rethinking the Family. Some Feminist Questions**, New York, Longman, 1982-p 54-75

DINIZ ALVEZ, Jose Eustaquio e E SUZANA CAVENAGHI – “Entrevista sobre o Censo 2010-Uma família plural, complexa e diversa”.In <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/515013-censo-2010-uma-familia-plural-complexa-e-diversa-consultado> em 20.5.2013

DINNERSTEIN, Dorothy **The Mermaid and the Minotaur**, New York, Harper & Row, 1976

LOPARIC, Zeljko “Esboço do Paradigma Winnicottiano”- UNICAMP/PUCSP- In <http://www.sociedadewinnicott.com.br/downloads/loparic3.pdf> consultado em 18.5.2013- Versão ampliada da Madaleine Davis Memorial Lecture, proferida em 1 de julho de 2000, na Squiggle Foundation, Londres.

MITCHELL, Juliet **Psychoanalysis and Feminism**. New York,Pantheon Books, 1974

PATEMAN, **Carole The Sexual Contract**. Stanford, Stanford University Press, 1988

REIS, Ana Regina “ Nancy Chodorow: Não se nasce mãe”. In FERREIRA, Silvia Lucia; ALVES, Ivis e COSTA, Ana Alice (orgs.) **Construindo Interdisciplinaridades; Estudos de Gênero na Bahia** Salvador , NEIM-EDUFBA, 2008-p 219-235



SAFFIOTI, Helleieth, **Gênero, Patriarcado, Violência** – Ed Perseu Abramo, São Paulo, 2004

SPINK, Mary Jane (org.) **Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano. Aproximações teóricas e metodológicas.** São Paulo, Ed Cortez, 2004

THERBORN, Goran **Sexo e Poder. A Família no Mundo 1900-2000.** Tradução de Elisabete Dória Bilac- Ed Contexto: São Paulo, 2006

THORNE, Barrie e YALOM, Marilyn (ed.) **Rethinking the Family. Some Feminist Questions,** New York, Longman, 1982

WINNICOTT, D.W. **The Family and Individual Development,** London, Routledge, 2001

----- *“Algumas Considerações sobre o Significado da Palavra Democracia”* in  
WINNICOTT, D.W. **“A família e o desenvolvimento individual”**, p 227-247, São Paulo, Martins Fontes, 2011



**ANEXO**

**DOMICÍLIOS<sup>10</sup>, FAMÍLIAS<sup>11</sup> E MULHERES BRASILEIRAS SEGUNDO O CENSO DE 2010-IBGE**

Hoje, há 57 milhões de **domicílios** no Brasil

- 60 mil são chefiados por um casal do mesmo sexo.

53,8% são formados por mulheres. Do total de pessoas que declararam ter cônjuges do mesmo sexo, 47,4% se disseram católicas e 20,4% sem religião. Pouco mais de um quarto (25,8%) tinha curso superior completo, índice bem superior à média nacional,

- 8,4% das residências tem filhos que são biologicamente ligados ou apenas ao pai ou apenas à mãe;
- A composição de casais com filhos ainda representa a maioria das famílias brasileiras, apesar da queda significativa nessa fatia da população: foi registrada redução de 63,6%, em 2000, para 54,9% em 2010.
- 61,3% das residências são chefiadas por homens, contra 38,7% lideradas por mulheres;
- O aumento do arranjo monoparental feminino (núcleo simples, formado por mães com filhos), que passou de 11,5% em 1980 para 15,3% em 2010.

---

<sup>10</sup> O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE define o domicílio como o local estruturalmente separado e independente que serve de habitação a uma ou mais pessoas. Existem vários tipos de habitação, como os domicílios particulares e coletivos, domicílios permanentes e improvisados, etc. A maior parte dos dados coletados do censo se refere aos domicílios particulares permanentes ocupados. Nestes domicílios pode haver famílias nucleares (com núcleo duplo ou núcleo simples), famílias estendidas (com um ou mais de um núcleo familiar e outros parentes) ou famílias compostas (núcleo familiar com parentes e outras pessoas não aparentadas). Pessoas sem laços de parentesco e sem relacionamento afetivo, mas morando juntas (tipo uma república de estudantes), são classificadas como arranjo não familiar pela metodologia da ONU. O número de arranjos não familiares é pequeno, mas cresceu na última década no Brasil. Deve-se ressaltar que até o censo 2000 era possível identificar diretamente as chamadas famílias conviventes, por meio das perguntas sobre as relações de parentesco dos moradores com os responsáveis do domicílio e da família. Mas, no censo 2010, a convivência só pode ser obtida de forma indireta e aproximada.- JOSE EUSTAQUIO DINIZ ALVEZ E SUZANA CAVENAGHI – in (IN <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/515013-censo-2010-uma-familia-plural-complexa-e-diversa>)

<sup>11</sup> De acordo com a definição das Organizações das Nações Unidas – ONU, uma família é formada por pelo menos duas pessoas e seus membros devem estar relacionados por meio de relações de consanguinidade (parentesco), adoção ou casamento-(IN <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/515013-censo-2010-uma-familia-plural-complexa-e-diversa>)

- Nas casas onde cada pessoa recebe em média não mais do que R\$ 68, há, em média, cinco moradores por residência. Já nas casas onde cada pessoas tem rendimento médio acima de R\$ 5450, o número de moradores fica em torno de duas pessoas por imóvel;
- 52,5% dos domicílios são considerados adequados (contra 43,9% em 2000), ou seja, contam com abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica, coleta de lixo direta e indireta e até dois moradores por dormitório;
- As chamadas **uniões** consensuais cresceram de 28,6% para 36,4% em dez anos, enquanto o casamento tradicional caiu de 49,4% em 2000 para 42,9% em 2010;
- O número de pessoas que moram sozinhas aumentou de 8,6% para 12,1% em uma década;
- As uniões entre casais de raças diferentes estagnou no país. Em 1960, 88% dos casais eram formados por pessoas da mesma raça, percentual que caiu para 80% em 1980. Em 2000, chegou a 70,9%. Em 2010, o índice ficou praticamente o mesmo: 69,3%. Os dados mostram, também, que homens e mulheres tendem cada vez mais a se unir a pessoas do mesmo nível educacional. Em 2010, 68,2% dos casais tinham o mesmo nível de instrução. Em 2000, eram 65%;
- Com presença cada vez mais consolidada no mercado de trabalho, mais anos de escolaridade e responsabilidades assumidas, as **mulheres brasileiras** estão tendo menos filhos e deixando a maternidade para mais tarde. Além disso, são maioria entre a população que deixa o país para trabalhar no exterior. **De cada dez famílias, quatro são chefiadas por mulheres;**
- A taxa de fecundidade despencou da média de 2,38 filhos por mulher para apenas 1,86;
- Em 2010, 62,7% dos casais tinham renda do marido e da mulher. Eram 41,9% em 2000;
- Registra-se aumento do arranjo formado apenas pelos casais sem filhos e sem outros parentes, que passou de 12% em 1980 para 15% em 2010.